



QUESTÃO AGRÁRIA, DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL NA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE PAUS ALTOS, ANTÔNIO CARDOSO – BAHIA¹

SILVA, Ednelson Santana da²

RESUMO: O presente Trabalho de Conclusão de Curso vem dar visibilidade a comunidade tradicional quilombola de Paus Altos, ao mesmo tempo, compreender, no âmbito da questão agrária, como o processo de formação sócio territorial da comunidade Tradicional de Paus Altos, Antônio Cardoso – BA. Configurou a distribuição de terras presente no local, assim como as contradições e desafios que envolvem a regularização do território local. Paus Altos encontra-se localizada na região nordeste, vinculada a área administrativa do Distrito do Poço, Município de Antônio Cardoso-BA. Possui em média 300 habitantes que sobrevivem da agricultura familiar e apicultura e, se reconhecem como quilombolas, sendo certificada no ano de 2010, pela Fundação Cultural Palmares. Mesmo com as suas especificidades que por vezes lhes atribuem direitos garantidos por Lei, o que se observa são inúmeras contradições e desafios, decorrentes da questão agrária e o processo de formação socioterritorial local. Trata-se de um espaço que tem um zelo e simbologias de pertencimento por aqueles que preservam o respeito pela natureza, seu habitat. Entretanto, sob o olhar mercantil de tantos latifundiários tudo isso é desrespeitado, pela ganância da concentração da propriedade da terra, geradora de uma enorme desigualdade social e exploração da mão de obra. A questão fundiária na Comunidade Quilombola de Paus Altos é um desafio constante na vida das mulheres e homens trabalhadores, que sonham pela garantia de seus direitos. A comunidade já é reconhecida e certificada, mas enfrenta desafios e seus conflitos na questão agrária, distribuição de terras e sua regularização territorial, com as burocracias administrativas e controversas nos órgãos do governo federal. A ausência da regularização das terras desencadeia outras problemáticas, que implicam na falta de políticas públicas. Metodologicamente, para o desenvolvimento da pesquisa recorremos a pesquisa bibliográfica, documental, estatística e de campo, com o uso de diálogos e rodas de conversas utilizados como ferramenta no território base da pesquisa. Sistematizando os conhecimentos tradicionais e saberes da comunidade, construindo a análise e compreensão social do quilombo. As discussões e análises nos levaram a observar que a comunidade persiste na luta pela permanência e reprodução na territorialidade, criando estratégias de sustentabilidade econômica através do associativismo, o qual perceberam a força da colaboração e defesa mútua de seus projetos. Aguardando e lutando por resposta positiva para distribuição não excludente das terras que são concentradas pela hegemonia fundiária, ao seu redor, buscando o direito da titulação.

Palavras-Chave: Comunidades Quilombolas. Concentração de Terra. Desafios. Regularização Territorial.

INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentada dialoga com a questão agrária, distribuição de terras, o uso adequado do solo e regularização territorial na comunidade tradicional quilombola de Paus Altos,

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade Artigo Científico, defendido em 17 de março de 2022.

² Licenciando (a) em Educação do Campo, área Ciência da Natureza. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS). Orientado pela profa. Dra. Kássia Aguiar Norberto Rios. E-mail: ednelson_santana@hotmail.com

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



localizada no município de Antônio Cardoso, Bahia. Nosso objetivo é compreender, no campo da questão agrária, como o processo de formação sócio territorial da comunidade tradicional de Paus Altos, Antônio Cardoso – BA configurou a distribuição de terras presente no local, assim como as contradições e desafios que envolvem a regularização do território local. Para tal, nos debruçamos a apresentar a realidade e os desafios da referida comunidade quilombola, no tocante ao uso e a posse da propriedade da terra. Trata-se de uma questão emblemática na história do Brasil que nos encoraja a estudar, pesquisar e conhecer as contradições vivenciadas por milhares de comunidades quilombolas em seus territórios tradicionais.

Minhas origens vieram e permanecem no campo, sou filho de agricultores que sempre trabalhavam no sol e na chuva para sustentar seus nove filhos. Sou um deles, que ajudava meus pais a cultivar pimentão e repolho. Auxiliava segurando as sacas das colheitas, que na maioria das vezes eram tão pesadas que não suportavam. Tínhamos pouca terra, o milho e o feijão precisavam ser plantados nos “comuns” terra dos fazendeiros cedidos para roçar, capinar, onde meus pais nos levavam para a roçagem e limpeza da caatinga para o plantio. Como o feijão e o milho a colheita era mais rápida, plantamos nas fazendas no intuito de desocupar a terra de maneira mais rápida, dando lugar às pastagens para engorda dos animais dos grandes latifundiários.

Enquanto discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo, através deste trabalho espero colaborar com a construção do conhecimento científico, buscando respostas a inquietudes, mas também podendo ser a voz de outros, no sentido de dar visibilidade a comunidade, que na maioria das vezes sofre pela ausência de terras que garantam suficientemente a alimentação da família e a sua permanência no campo.

O período de colonização foi marcado pelo tripé monocultura, escravidão e concentração fundiária. Com o “fim” da escravatura, em 1888, a nomenclatura de trabalhadores escravos foi renomeada para trabalhadores “libertos” e com isso inúmeras contradições foram materializadas e reafirmadas, a destacar as condições precárias de subsistência no campo, que envolve desde a exploração da mão de obra, que ainda continua beneficiando os fazendeiros, a ausência de terras, a falta de políticas públicas para os pequenos agricultores e até mesmo as condições básicas de sobrevivência (saúde, educação, saneamento básico, lazer, etc.). Aspectos que configuram a questão agrária brasileira, baiana e por vez observada também, no município de Antônio Cardoso.

A falta de terra suficiente para a produção das lavouras como milho e feijão, que são plantados entre os meses de abril e maio para o sustento das famílias, obriga-os ao serviço braçal e pesado na



roçagem da caatinga. Fazer a roçagem, destoca, arrancar tocos e queima da vegetação presente é um ritual anual presente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da maioria das nossas comunidades quilombolas. Antes da colheita ainda é exigido o plantio de capim, que mais tarde aquele roçado se transformará em pastagens para alimentação da criação bovina do fazendeiro. Obrigando-os no ano seguinte a repetir a mesma rotina.

Um ciclo exploratório da mão de obra e de todas famílias que necessitam da terra para a garantia do seu sustento, e na sutileza dos latifundiários os agricultores acabam fazendo as reformas e “limpeza” de pastos de toda fazenda. A extrema dificuldade de encontrar terras para as plantações levam milhares de agricultores e agricultoras a desenvolver os serviços de plantio em troca de pastos, de forma natural. Pois os fazendeiros agem com base no poder que os detém, construído com base no capital e na concentração de terras.

Esse processo desigual também colabora na expulsão dos agricultores do campo, pois os locais de fazerem suas roças dão lugar às pastagens, que por sua vez ficam impossibilitados de produzir seus alimentos. É notório na comunidade quilombola de Paus Altos, recorte espacial e analítico desta pesquisa, observamos muitas residências com famílias numerosas, porém com pouquíssima terra, seja para a produção interna ao consumo da família e/ou para comercialização, como principal fonte de renda. A luta pela terra está presente na maioria dos quilombos de Antônio Cardoso, a destacar o de Paus Altos, e no dia a dia dos que lutam e optam por continuar presente em seu território.

O município de Antônio Cardoso ocupa uma área de 293,530 km², está situado na região do semiárido baiano e pertence ao Território de Identidade Portão do Sertão. Localiza-se às margens esquerda do rio Paraguaçu, a uma altitude de 191 metros em relação ao nível do mar. Clima variando de subúmido a seco, tendo uma média anual de temperatura de 23,84°C, com máxima de 27,32°C e mínima de 18,41°C, e precipitações inferiores a 800 mm. Limita-se ao Norte e Leste com Feira de Santana, ao Sul com Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, Sudoeste com Cabaceiras do Paraguaçu, ao Oeste com Ipecaetá e Santo Estêvão.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 11.554 habitantes. Sendo a área rural com o número maior de habitantes chegando a 8.329, e a urbana com 3.225. A predominância populacional da mulher é maior em 54,4% e o homens em 49,6%.

O povoamento da nossa região se deu por volta de 1690, lugar ainda pouco conhecido, ao redor da (ermida) capela, dedicada a Santo Estêvão. A capela foi erguida por povos escravizados que ali habitavam. A pequena capela construída na fazenda do padre José de Aragão e Araújo, ficava a 48Km, da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira. Relatos afirmam que o Padre

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



possuía um rebanho muito grande de bovino e devido a uma grande seca na região o mesmo necessitou deixar a fazenda, se instalando em outro lugar denominado riacho salgado. O último proprietário da Fazenda Santo Estevão Velho foi o Sr. Manoel Justiniano dos Santos, que chegou a possuir mais de duzentos escravos. As terras eram e são férteis, reservadas ao plantio de fumo para comércio e escambo na África, em troca de escravos. A antropologia revela a grande prevalência dos (bantus, negros originários do sul da África, em nossa região, povos que habitavam a África Central nas regiões que hoje compreendem Angola, Congo, Gabão e Cabinda). O Padre Italiano João Antônio Andreoni, mais conhecido como Pe. Antonil, que estudava a economia brasileira na época, afirmava em seus documentos (Cultura e opulência no Brasil), que o melhor tabaco era produzido nos campos de Cachoeira. Ao qual o território de Antônio Cardoso pertencia.

Com a existência do ponto de parada para alguns e para outro um ponto permanente. Uma capela dedicada à Nossa Senhora do Resgate foi erguida, pois famílias que ali viviam já tinham sua devoção à Nossa Excelsa Padroeira. O lugar denominado Umburanas ou Gravatá, foi registrado no Arcebispado de São Salvador da Bahia através da resolução de nº 183, de 10 de abril de 1843. Os anos seguintes são marcados pelo verdadeiro rodízio de nomes, sendo alterado para Uberlândia e posteriormente para Tinguatiba.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, surge o Distrito de Resgate de Umburanas. Em 01-09-1920, aparece constituído Umburanas, ex-Resgate de Umburanas. Seu nome vem do tupi-guarani (umbu= o que faz brotar água + rana= parecido, semelhante) e quer dizer parecido com o umbu. Umburanas, nome de referência maior na existência de muitas árvores nativas que suas sombras serviam para descanso dos tropeiros. Pelo decreto estadual nº 11.089, de 30-11-1938, o Distrito de Umburanas passou a denominar-se Uberlândia. É a junção da palavra portuguesa originada no latim: UBERE, que significa fértil, fecundo, farto, abundante, com a palavra de origem inglesa: LAND, aportuguesada para LANDIA, que significa terra, território, lugar, local. Após 06 anos, através do decreto estadual de nº 12.978 de 01-06-1944, Uberlândia passou a denominar-se Tinguatiba. Tinguí! Árvore com substâncias tóxicas que os povos originários índios da tribo Payayá usavam para matar os peixes, retirando o oxigênio das águas em pontos isolados dos: riachos, açudes e lagoas. Daí o significado Tinguatiba.

Através da lei estadual nº 1682, de 18-04-1962, o local denominado Distrito de Tinguatiba foi desmembrado do município de São Gonçalo dos Campos, elevado à categoria de município, finalmente com a denominação de Antônio Cardoso. Nasce como parada de tropas ou descanso de



longos dias de marcha das boiadas e tropeiros. Levavam para o porto de Cachoeira, os produtos que garantiam os cabedais dos senhores coronéis, como: fumo, feijão milho, dentre outros, e de lá traziam produtos diferentes como: carne do sol, açúcar, sal, bolachas, querosene e diversos utensílios. A estrada boiadeira era o elo de ligação dos tropeiros para outros recantos, pois ela vinha do Oeste cortando o nosso território em direção ao Recôncavo Baiano.

O município foi constituído tendo sua economia girando em torno da agricultura e pecuária. As lavouras de milho, feijão e fumo eram muito fortes. Ainda existem, mas de forma tímida, principalmente o plantio de fumo que é cultivado por poucos lavradores. A diminuição das lavouras, deu espaço para o plantio de capim e subsequente o fortalecimento dos pecuaristas na criação de gado. Além disso, dispõe de um comércio de forma acanhada que sobrevive ainda com uma pequena feira livre às sextas feiras. Existem algumas mercearias e mercadinhos que geram poucos empregos, na maioria das vezes só a família trabalha. A ausência de indústrias e fábricas é um dos fatores negativos economicamente para o local, pois só permanecem em sua maioria no município, aposentados ou funcionários da Prefeitura Municipal. Que por sua vez, sobrevive exclusivamente do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

A consequência dessa ocupação aponta um elevado índice de Gini, calculado em 2017, de acordo com os dados do Geografar (2021) de 0,904. Com um módulo fiscal de 60 hectares, a maioria das terras encontram-se concentradas nas mãos das médias e grandes propriedades, que totalizam menos de 12% das propriedades e ocupam mais de 60% do território municipal (GeografAR, 2021). Enquanto isso, milhares de agricultores e agricultoras, muitos inseridos em comunidades tradicionais quilombolas, vivem com o mínimo de terras e, ainda, lutando para permanecer nestas. Os direitos territoriais garantidos na Constituição não têm sido efetivados.

O art. 68 da Constituição Federal de 1988, assegura que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Para tal, cabe ao INCRA, junto à Casa Civil, a realização dos procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por essas comunidades. No entanto, quando observamos essa realidade em Antônio Cardoso, podemos constatar as contradições.

No município existem (09) nove comunidades remanescentes quilombolas, sendo elas: Paus Altos, Santa Cruz, Cavaco e Gavião, certificadas em 06/07/2010, Subaé, certificada em 23/11/2018, Santo Antônio, certificada em 31/01/2019, Salgado, Orobó, Sítio Novo e Morro da Pindoba, certificadas em 25/11/2020. De acordo com o Art. 2º do Decreto Art.4.887/2003:

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, pág.1).

A comunidade remanescente quilombola de Paus Altos se distancia da sede do município por 13km. Está inserida no território do município de Antônio Cardoso, na região nordeste, apelidada pelos moradores locais de “cabeceira do município”. "Cabeceira" é uma referência usada nas comunidades que ficam na região de cima referente ao mapa municipal. Ela é margeada pela BA 499, em construção de pavimentação asfáltica, por outro lado é cortado pelo Rio Cavaco. Tendo seu acesso principal por uma estrada cortada pelo riacho Mocó.

Paus Altos é uma comunidade Quilombola auto reconhecida pelo seus, e certificada pela Fundação Cultural Palmares. Se formou em torno das grandes fazendas: Cavaco, Paus Altos e Santa Cruz. São propriedades rurais com grandes extensões territoriais, que em outrora funcionou sobre o regime escravista. Muitos do que formam a comunidade são originários desse regime, através de seus ancestrais. É formada por aproximadamente 80 famílias e 300 moradores.

A referida comunidade encontra-se organizada por meio de uma Associação que leva o nome de Associação Quilombola Rural Paus Altos Santa Cruz e Adjacências (ARQUIPASCA), fundada em 2002. A associação é um pilar importante na vida da comunidade, onde desenvolve ações associativas com seus membros na busca do título e do reconhecimento de comunidade quilombola, já efetivada, bem como atividades que geram economia: a mandiocultura, criação de ovelhas e produção de mel. Mesmo com as dificuldades e encarando os desafios da existência de poucas terras, os moradores procuram desenvolver estratégias de viabilidade econômica para a sua própria subsistência. Pois as terras permanecem ao seu redor, porém, continuam nas mãos de poucos como os grandes fazendeiros.

Os conflitos entre quilombolas e fazendeiros, presentes cotidianamente na comunidade são invisibilizados pelos órgãos gestores e latifundiários. A terra que é parte de um ciclo integrativo da natureza continua a ser vista como um objeto econômico de posse de poucos. Pois os reflexos da lei de terras (1850), ainda perduram aos derredores da comunidade de Paus Altos, onde muitos continuam sendo lavradores e lavradoras rurais, sem ainda ter o direito de serem chamados de pequenos agricultores. As terras lhes faltam, continuam “escravizados” nas mãos dos fazendeiros que concentram as grandes fatias de terras. Os direitos garantidos às comunidades quilombolas na



Constituição Federal de 1988, continuam sendo desprezados e desrespeitados sem a titularização e o reconhecimento do território das comunidades tradicionais.

A ausência efetivação de políticas públicas na comunidade de Paus Altos ou um plano que assegure aos agricultores e agricultoras da comunidade a continuarem com suas terras, ocasiona uma série de inseguranças e contradições. Sentido- se encurralados, acabam saindo para os grandes centros urbanos, fortalecendo cada vez mais o projeto de poder dos latifundiários que continuam a explorar e/ ou expulsar a população camponesa de seus territórios tradicionais. Placas com restrições de acesso, proibições de circulação no território, desmatamento de áreas, são situações vivenciadas pelos agricultores/as. Tratam-se de terras que a comunidade mantém vínculo, laços de identidade e sentimento de pertencimento que tem sido ocupada, modificada e controlada por pessoas externas. É nesse sentido, que surgem alguns questionamentos centrais da pesquisa: Como ocorreu o processo de formação sócio territorial da comunidade tradicional de Paus Altos, Antônio Cardoso – BA? Como foi conformada a estrutura fundiária local? Quais especificidades que envolvem os territórios tradicionais locais? Quais os desafios que envolvem a legislação e sua aplicabilidade para a regularização dos territórios tradicionais quilombolas?

É a partir desse cenário que nasce o objetivo da pesquisa: compreender, no âmbito da questão agrária, como o processo de formação sócio territorial da comunidade tradicional de Paus Altos, Antônio Cardoso – BA configurou a distribuição de terras presente no local, assim como as contradições e desafios que envolve a regularização do território local.

As análises e discussões estão organizadas através de 04 tópicos construídos com a participação de jovens, crianças e idosos. Essa comunicação com várias faixas etárias de idades, foi essencial para propagar e fortalecer a história local. Não deixando morrer sua cultura e modos próprios de viver.

No primeiro tópico apresentamos a síntese dos procedimentos metodológicos adotados na construção da pesquisa. Já o segundo tópico é destinado à compreensão histórica e conceitual das categorias chave da pesquisa: “QUESTÃO AGRÁRIA, DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL”. No terceiro apresentamos uma breve caracterização do recorte espacial e analítico da pesquisa, descrevendo desde o processo de formação socioterritorial e a estrutura presente atualmente na comunidade: COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE PAUS ALTOS, ANTÔNIO CARDOSO – BAHIA: BREVE CARACTERIZAÇÃO. Em seguida, compreendido o processo de formação socioterritorial local, apresentamos o quarto tópico: O TERRITÓRIO TRADICIONAL QUILOMBOLA: ESPAÇO DE LUTA E RESISTÊNCIA, com a



análise da questão agrária presente no local, as contradições e desafios inerentes a esse processo. Por fim, as considerações finais e referências.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A realização da pesquisa ocorreu entre a unidade de conhecimentos populares advindos da comunidade e conhecimento científico, adquirido pelo autor. Criando uma comunicação entre os membros da comunidade e estabelecendo espaços de diálogo e troca de conhecimentos, a pesquisa trouxe dados e aprofundamentos acerca da temática. Observando diretamente a realidade da comunidade para a construção dos procedimentos sistemáticos e, desvendando fatos e histórias vivenciadas na comunidade, construímos a pesquisa aqui apresentada.

Inicialmente foi estabelecido o contato com a direção da Associação da comunidade Tradicional Quilombola do Paus Altos para apresentação de interesse pela pesquisa e autorização dos dados a serem coletados. A partir desse momento criamos uma agenda de encontros com os moradores da comunidade.

No intuito de compreender melhor as teorias que sustentam as análises a serem realizadas nos encontros com a comunidade, foi realizado um vasto levantamento bibliográfico visando ter a sustentação necessária à discussão sobre questão agrária, regularização territorial, distribuição de terras e comunidade quilombola. Essas leituras foram de suma importância para a compreensão dos desafios e contradições que são diversos dentro da comunidade, que sofre pela falta de terras.

De acordo com GIL, a pesquisa bibliográfica fornece ao pesquisador uma visão ampla da pesquisa, fazendo com que ele não necessite se deslocar diretamente para o local a ser pesquisado. Fornecendo análises e diversos pontos de vista.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002, p.44).

Nesse sentido, foram realizadas leituras de livros, artigos, monografias, teses e dissertações que dialogam com a realidade presente no tema da pesquisa.



Além da pesquisa bibliográfica, outros métodos de pesquisa foram utilizados, como o estatístico, documental e pesquisa de campo.

De acordo com GIL, a pesquisa documental difere um pouco da bibliográfica por ser um documento ainda sem uma análise de modificação e com diversidades de informações em muitas direções. Podendo ser encontrados em jornais, Arquivos paroquiais, acervo de associações, fotografias e outros.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p.45).

Para a pesquisa realizamos levantamentos documentais através da Fundação Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal. Foram extraídos dados da Fundação referentes a quantificação e períodos de certificação das comunidades quilombolas também foi possível a obtenção de dados dos processos de regularização territorial da comunidade pesquisada. O diário oficial da presidência da república foi outro acréscimo na pesquisa, de forma que foram consultados dados da legislação através de decretos que regulamentam a demarcação e titulação de terras quilombolas.

Na pesquisa estatística, compreendida como uma análise de dados realizado por amostragem que fornece um planejamento e organização na coleta que norteiam a interpretação desses dados. Foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do grupo de pesquisa Geografar – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. Dados do IBGE nortearam a quantidade populacional e diversos dados específicos do município e da comunidade pesquisada. O índice de (Gini) instrumento para medir o grau de concentração de terras, foi outra informação estatística utilizada, de relevante valia. Apresentando informações reais da grande concentração de terra no município, sendo a base para análise dos desafios pelo acesso e regularização de terras nas comunidades quilombolas.

Na pesquisa de campo a imersão na realidade da comunidade permitiu um maior diálogo entre as lideranças da comunidade nas rodas de conversa entre famílias e fazedores de beiju, como: Reizinho, Chica, Baíaca, Euzébio, Sr. Valério, Val, Sr. Oldack, D. Lite, D. Carminha e outros.

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Para FONSECA (2002), a pesquisa de campo é a coleta in loco das informações na área pesquisada coletando dados investigativos das pessoas. Observando fatos, falas, fenômenos. É fazer a busca de informações da comunidade a ser estudada.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002, p. 32).

Através das rodas de conversa e os relatos históricos de membros da comunidade foi possível compreender o autoconhecimento dos moradores pelo seu território e as suas origens. Firmeza nas palavras e a experiência revelam o saber onde está pisando. Um momento em que o pesquisador pode compreender, beber um pouco do cabedal cultural cheios de costumes, crença, religiosidade, tradições, conhecimentos populares, história, resistências e acima de tudo a luta pela permanência em um território que tem em suas raízes marcas de combates e conquistas. Uma dialética enriquecedora de conhecimento da realidade presente na comunidade que levou a um aprofundamento da temática ora pesquisada.

Ao todo foram realizadas 03 rodas de conversas com membros das comunidades e fazedores de beiju.

Registros memoriais dos mais idosos que sempre voltam a linha do tempo para fazer as narrações dos momentos marcantes na formação territorial da comunidade foram elementos centrais para compreensão da questão agrária presente no local, até os dias atuais. As famílias em sua grande maioria eram numerosas e quase todas as residências possuíam uma casa de farinha. Para fazer o beiju e a farinha de mandioca, que mantinha a alimentação dos familiares, e os seus derivados alimentavam os porcos e as galinhas. Hoje a comunidade só dispõe de uma única casa de farinha ativa. Outros assuntos como: os rapas, adjutório para ralar mandioca, novenas e rezas, bata de feijão, reis roubado, etc, propiciaram ao autor um mergulho na vida histórica da comunidade que revelou suas tradições, manifestações e costumes dentro de um território ainda em disputa e que luta há décadas por sua regularização.



2 QUESTÃO AGRÁRIA, DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É importante que façamos o entendimento do tema, seus ângulos e enfoques que guiam a pesquisa. Faremos um estudo pormenorizado de cada parte do assunto proposto, para conhecer melhor suas relações na comunidade de Paus Altos. Primeiramente, somos convidados a compreender os conceitos que abarcam o tema. Para isso, neste capítulo, dialogamos brevemente com os conceitos relacionados à Questão Agrária, Distribuição de Terras, Comunidade Tradicional Quilombola e Regularização. Conceitos esses que estão em evidência nos últimos anos e, portanto, propiciam meios de estudos acerca dessa modalidade.

QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária é resultante do processo de apropriação do espaço geográfico brasileiro, marcado por diversas contradições e conflitos, materializados em parte pela alta concentração de terras. Processo que gerou tensões e historicamente vem marcando o campo brasileiro em lutas, resistências, dores e lamentos, chegando ao massacre nas e pelas terras brasileiras. Nas comunidades tradicionais, a questão agrária aparece muitas vezes de forma mascarada e invisibilizada pelo capital e a ausência de um debate direcionado para os reflexos da questão agrária na maioria das escolas e universidades, que não tratam da falta de terra, do acesso, delimitações, exploração da mão de obra e ameaças à vida. Mas ela existe, e no despertar podemos visualizá-la nas imagens das travadas lutas e resistências do homem e da mulher no campo, para a sua subsistência e permanência nas milhares de comunidades existentes no país: ribeirinha, fundo de pasto, indígena, sobretudo as comunidades quilombolas.

Diante do exposto, GERMANI (2006, p. 4) destaca que, “a continuidade da alta concentração da estrutura da propriedade da terra revela, também, as contradições e a “ordem” existente e está na base das tensões e conflitos que historicamente marcam o campo brasileiro”. São poucos com muito e muitos com pouco! É a triste realidade vivida por aqueles que ainda permanecem no campo Brasileiro. Os números referentes à concentração da propriedade da terra revelam o poder que detém os fazendeiros com largas faixas de terra em vários municípios brasileiros. Em sua grande maioria terras improdutivas, revelando disparidade com a Constituição Federal, no que diz respeito à função social da terra. E do outro lado, uma grande parcela de trabalhadores/as com pequenas fatias que procuram fazer “milagres” para realização de minúsculos plantios. Pois as desigualdades margeiam

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



os negros, mestiços, brancos e deserdados que continuam sofrendo pela ausência de distribuição igualitária da terra.

O termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. (STEDILE, 2012, p. 641).

Ao longo do tempo a classe privilegiada foi se estabelecendo com força no campo brasileiro, até mesmo pela ausência de leis adequadas para barrar os privilégios. Pois a legislação no processo colonial favorecia os senhores proprietários de terras, transformando em uma estrutura fundiária desigual. É visível na maioria dos municípios brasileiros, o descontentamento dos desfavorecidos pela terra. Sabe-se que elas estão cravadas nas “mãos” de 2 ou 4 grandes fazendeiros. O que nos leva a pensar sobre as injustiças quanto à posse/propriedade, resultando em formas de uso que inviabilizam a “vida” nas comunidades quilombolas. Isso também evidencia que para eles a terra é meramente” uma mercadoria”. Impossibilitando que a terra fique nas mãos dos pequenos ou que chegue até aqueles que não as tem.

Essa legislação existe, mas as leis não são aplicadas, não são eficazes, assegurada na constituição federal, através do princípio da função social da propriedade rural do Estatuto de Terra que foi levado para a Constituição de 1988, figurando entre os artigos 184 e 186. O marasmo impera nos trâmites administrativos dos órgãos competentes. Faz-se necessário juntar mais esforços na busca do cumprimento da legislação vigente na intensificação da desapropriação de terras para a reforma agrária. Entretanto a corda continua a “quebrar” ao lado dos mais fracos, a burocracia ainda predomina na desapropriação de terras para a reforma agrária. Porém, os desprovidos de terra continuam a luta, marchando pela aquisição e posse da terra. Terras improdutivas, com atividade exclusiva da monocultura, e a todo momento sendo desrespeitada com utilização de agrotóxico e desmatamento da área da propriedade. Dados do ainda inédito Atlas da Terra Brasil 2015, feito pelo CNPq/USP, mostram que 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil.

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).



Aos marginalizados pela terra, cabe-lhes apenas erguer a bandeira da luta na busca do auto sustento e permanência em seu habitat. Lutar de forma coletiva, através dos movimentos sociais, grupos e associações no sentido de engrossar o cordão na fileira dos que gritam pela distribuição igualitária da terra. São gritos que sozinhos dados se perderão ao longo dos grandes campos, mas gritados juntos se fortalecem no desejo esperançoso pela aquisição da terra. Pois o território para os trabalhadores/as é espaço de produção e reprodução física e identitária social, onde desenvolvem suas atividades: agrícolas, produção de renda, comercializa, preserva suas tradições culturais, simbólicas e religiosas. Mas para os latifundiários a terra é uma forma de concentração de riqueza e poder, tem valor econômico.

Torna-se em vão ter tanta terra e propriedades em diversos municípios, e nem se quer apenas fazer uma breve visita em uma de suas fazendas. Existem fazendeiros que chegam a levar de 10 a 20 anos sem ir em suas fazendas. Dispõem de outros empreendimentos, que lhes dá um retorno financeiro mais rápido, e detém a terra como forma da concentração de riqueza, um “capitalismo agrário”. Vem a transparecer que a terra não tem um valor de produção e social, que garanta aos agricultores uma posição no campo não excludente, na produção de maior escala de seus plantios para garantir sua permanência no campo. É preciso que se trabalhe o fortalecimento das organizações e movimentos sociais, através de cooperativas, associações e sindicatos, no enfrentamento à concentração fundiária demasiada da terra nas mãos do latifúndio que não produz. Apenas se apropria da terra para deter o bem e monopolizar como forma de concentrar a riqueza para os seus.

(...) exista uma grande massa de trabalhadores rurais impedidos de ter acesso à propriedade da terra. Só em situação desse tipo é que ganha força social a ideia de que a terra deve pertencer a quem trabalha e, portanto, deve ser distribuída para quem nela quer trabalhar, morar, produzir e viver. O segundo critério é a possibilidade de uma abertura democrática participativa de todos os segmentos que defendem os direitos das classes populares, como sindicatos, cooperativas, partidos políticos, movimentos sociais, que vão organizando os trabalhadores a fim de pressionar o Estado para distribuir terra. Além desses critérios, uma grande concentração de terras nas mãos de poucos “proprietários”, ou um grande número de terras improdutivas ou devolutas, abre grandes possibilidades para que a luta pela terra culmine com uma distribuição de terra (VEIGA, 1985, p.10).

De acordo com GERMANI (2006, p.10) “as relações de poder significam enfrentamentos, que contrapõem os que grandes extensões de terra com os grupos sociais que lutam para “entrar” na terra ou para nela permanecer. ”

DISTRIBUIÇÃO DE TERRA

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



A distribuição espacial de terras no Brasil revela as desigualdades que caracterizam a sua estrutura social. Fruto de tomadas de decisões políticas que tinha um lado, o lado de uma elite que detinha o poder através das concentrações de terras. Desde 1500, quando ocorreu o processo de invasão do espaço territorial brasileiro, a sua propriedade, controle e gestão foi reservado a poucos, um modelo fundiário excludente.

Nesse sentido, a formação e presença dos quilombos é um exemplo vivo, presente em diversos municípios baianos, onde as terras não eram disponíveis para todos, mesmo sabendo da quantidade de terras existentes no país, privadas e sem uso. Os negros foram invisibilizados e desqualificados do processo da distribuição terras, ou seja, ignorados pelo poder público. Pois o sistema sempre trabalhou a favor dos latifundiários que quanto mais cresciam e dobravam as suas propriedades, a população camponesa era expulsa dos seus territórios de vida, morada, sustento e reprodução social.

Enfim, não é por acaso que o Brasil é uma das sociedades mais desiguais do mundo. Isto resulta de uma conjunção de fatores, de entre os quais a estrutura fundiária desempenha um papel central, tendo em conta que “a discussão sobre a terra traz à tona todas as outras modalidades de direitos: o direito de retorno, o direito à moradia, o direito à escola, à saúde e tantos outros” (LEITE, 2007, pág. 14).

A negação do acesso à terra a população negra tem sido reafirmada a cada século, na história do Brasil, ao qual destacamos além do período da escravatura, a criação da Lei da terra, que através de seu artigo 1º, proibia a aquisição de terras devolutas por título que não fosse a de compra. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Esta Lei tinha como propósito organizar a distribuição de posses de terras no Brasil, ou seja, as posses de terras devolutas do Império passariam então, a ser adquiridas somente através de compra e venda, modificando de forma imensurável o sistema de propriedade da terra. Uma outra negação acontece no conhecido período a fase áurea do posseiro, com a instituição e propriedade da terra, onde pobres e negros ocupavam pequenos pedaços de terra, mas os grileiros apresentavam documentos falsos de propriedade da terra e lhes tomavam tudo, sendo expulsos da terra.

O território do município de Antônio Cardoso foi construído em torno do coronelismo: João Augusto, Luiz Miguel Antonio Cardoso de Souza e Tibúrcio José de Oliveira, Só quem tinha o poder eram aqueles que concentravam a terra e comandavam o território com patentes de coronel. Muitas das vezes comprada ou adquirida pela força que tinha diante dos seus representantes políticos a nível



regional. As conquistas das terras, na maioria das vezes, eram provenientes de compras forçadas e até mesmo fruto de furtos. A pessoa vendia 20 tarefas, e o coronel mandava cercar trinta.

Os vendedores não reclamavam com medo da opressão. E aqueles que se encorajaram a reclamar, eram ameaçados ou agredidos pelos jagunços e inspetores dos senhores feudais. Além do cercar a mais, também se trocava terra por comida e funeral daquele que não tinha condições de enterrar alguém da família. Recorria ao coronel fazendeiro, e o mesmo aceitava custear os mantimentos e ou sepultamento em troca de terra.

O agricultor se desfazia de seu único bem para seu sustento e de sua família. Muitas das vezes restando-lhe apenas o pedacinho da terra que a casa estava em cima, ficando pressionado a deixar o campo para tentar a sorte em outro lugar. É a realidade de muitas famílias que deixaram ou abriram mão do seu pedacinho de chão por conta de um sistema fundiário perverso, que gera tanta desigualdade social na vida camponesa nos municípios brasileiros

Expansão econômica, avarícia e ambição familiar moviam o arrematamento de terras, o qual se tornou uma batalha campal quando novos piratas de terras apareceram para competir com os latifundiários já estabelecidos. As áreas não vigiadas estavam sujeitas a invasões: com isso, todas as partes envolvidas contratavam capangas para defender suas posições e anexar outras. Os pequenos proprietários que de fato haviam se estabelecido em suas posses eram ameaçados como intrusos e delas expulsos. Completando o círculo vicioso, os destituídos eram recrutados como capangas. Na ausência de qualquer meio legal para estabelecer títulos de propriedade, os assassinatos tornaram-se rotina na mesma proporção em que as reivindicações de terras conflituosas permaneciam sem qualquer tipo de apreciação (HOLSTON, 1993, págs. 20-21).

Quanto maior for a distribuição desconcentrada igualitária de terra, menor será a predominância dos latifundiários na posse da terra. Para isso acontecer se deve as ocorrências das lutas dos movimentos sociais e camponeses para conseguirem superar o poderio dos detentores dos latifúndios. Ação essa que na grande maioria das vezes não observamos essa superação por parte dos camponeses. As desigualdades continuam assolando aos agricultores. Até mesmo no congresso nacional, onde tem os deputados “representantes” do povo brasileiro. Lá existem diversas bancadas, demonstrando sua robustez, como a tão conhecida bancada ruralista que concentra esforços na defesa dos seus próprios interesses. Contraopondo essa situação, somos desprovidos de uma representação à altura, em nome dos quilombolas, sem-terra e comunidades tradicionais, dentre outros, que defendem uma distribuição de terras aos pequenos/as produtores/as.

Se faz necessário construirmos uma representação mais forte, que fomente políticas públicas direcionadas para os trabalhadores do campo, no tocante a regularização de terra e sua permanência produtiva no campo. Evitando as expulsões do povo camponês de suas comunidades para os grandes

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



centros periféricos urbanos. A conscientização de obtermos uma bancada consolidada de representações aos trabalhadores/as, significa também uma forma institucional de pressionar a morosidade dos órgãos que burocraticamente continuam castigando e escravizando o homem e a mulher do campo. A exemplo disso nos últimos anos as paralisações e processos de comunidades tradicionais reverbera o descaso governamental, que não traz dentro de sua administração um pensamento, um olhar voltado para os desassistidos por uma estrutura fundiária excludente.

A desigualdade territorial continua presente na vida dos trabalhadores/as do campo no município de Antônio Cardoso, mais da maioria das terras, ou seja 60 por cento, do território municipal estão concentradas nas mãos dos fazendeiros. Principalmente as terras que margeiam os rios Cavaco, Crumatai, Jacuípe e Paraguaçu. São terras boas e férteis para o desenvolvimento de outras culturas no campo da agricultura familiar. O nosso município compõe parte das águas que formam o lago pedra do cavalo. Manancial que chama atenção dos latifundiários e que deixam as terras atraentes e concentradas sempre para aqueles que detém um maior poder aquisitivo.

COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (2008) existem hoje no Brasil 3.524, comunidades tradicionais quilombolas, podendo chegar até a cinco mil. Em sua maioria as comunidades Tradicionais estão instaladas em locais de alta elevação e de difíceis acesso, estratégia de isolamento do passado para impossibilitar um ataque ou uma busca de negros fugidos. Nos dias atuais as comunidades quilombolas continuam em seus diversos isolamentos não só em condições geográficas de direitos de acesso, bem como a ausências de infraestrutura, água potável, saúde e educação e ações públicas que busquem o desenvolvimento sustentável dessas comunidades tradicionais. Ainda as comunidades tradicionais amparadas por leis vigentes, as mesmas ainda se encontram impossibilitadas das garantias dos direitos constitucionais no país.

De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, das comunidades dos quilombolas:

São considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003 s/p).



O decreto é da Presidência da República do ano de 2003, que traz em seus artigos as seguridades de caracterização, reconhecimento, delimitação, demarcação, autodefinição da própria comunidade e ocupações das terras. Que possam desenvolver suas atividades e costumes oriundos das suas ancestralidades, além da reprodução econômica e cultural com equilíbrio a biodiversidade. Garantido às futuras gerações recursos naturais sustentáveis para a sua sobrevivência.

Na Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais aplica-se: “aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial”.

A Convenção Nacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Traz em seu tratado garantias aos povos tribais, povos que tem seu estilo de vida tradicional diferentes de outra população nacional, o respeito e importância aos costumes e culturas e valores espirituais que possui relação com as terras do seu território.

A comunidade tradicional quilombola dos Paus Altos, continua enfrentando seus desafios de permanência espacial como em outras diversas comunidades tradicionais existentes em todo território brasileiro. Desde a sua permanência no campo com segurança e condições de sobrevivência, através da sua produção. Até as agressões ambientais ocorridas, por parte de fazendeiros através de desmatamentos e lançamentos de agrotóxicos na biodiversidade local. Dessa forma contribuindo para a contaminação das águas, ar, solo, alimentos e dos trabalhadores/as do campo.

Um problema enfrentado atualmente é a instalação da linha de transmissão de energia elétrica em alta tensão, administrada por uma empresa estrangeira, projetada para transportar eletricidade produzida em Sergipe. “LT 500kv. Perpassando em territórios de mais de vinte municípios dos estados de SE e BA, e diversas comunidades quilombolas do nosso município. Dentre elas, a comunidade pesquisada. Onde a mesma através de seus moradores já se reuniu fazendo o diagnóstico e estudo de impactos ambientais que o ambiente natural daquelas comunidades sofrerão, lado a ações de indivíduos que não reconhecem a simbologia através dos valores vividos pelos quilombos que tem seu jeito próprio de vivência e respeito com a natureza.



quilombolas, fundo e fecho de pasto, caiçaras, extrativistas, ribeirinhos e pescadores. (RIOS, 2016, pág. 5). Daí nosso destaque a importância da regularização territorial.

REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL

A regularização de terras ocorre através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um meio de reparação às populações negras rural, que se definem como remanescentes de quilombo. Um Território regularizado, não se implica tão somente na reparação, uma dívida social, á aqueles que ficaram às margens do acesso à terra e ao meio de produção para sobreviverem. Traz consigo o reforço da subsistência cultural e das tradições que fazem parte de um grupo, que também tem suas contribuições na construção da história do nosso país. Tal regularização não se aplica a qualquer território a ser demarcado e regularizado. Não é qualquer terra!

É aquele pedaço de chão que traz um sentimento de pertencimento, trazendo energia e a sintonia em seu uso comum, em um espaço onde aprenderam a cuidar e a zelar. Cresceram observando e aprendendo os saberes das ancestralidades que retiravam daquele território toda sua fonte seja ela: material, espiritual, cultural e religiosa. Devolver um território regularizado para o uso coletivo de uma comunidade quilombola é mais que uma ação de reforma agrária, é sobretudo ligar o passado ao presente. Significa reviver e rememorar os acontecimentos, a história de um território que só quem o pertence sabe o seu significado.

A regularização de territórios dos territórios não é nada fácil, as comunidades precisam passar por diversas etapas para chegar até a sua titulação que é a terra já documentada: O INCRA instaura uma comissão de técnico para a elaboração do (RTID) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. Que é parte do processo para identificação e delimitação do território quilombola sendo seguido de diversos documentos. “O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento fundiário com levantamento de documentos e de dados dos imóveis inseridos no perímetro do território quilombola reivindicado, assim como de seus proprietários ou posseiros; relatório agroambiental do território proposto, com o levantamento de suas características e possibilidades; detalhamento da situação fundiária e de sobreposição de outros interesses estatais no território pleiteado; pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica. Durante a fase de elaboração

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



do RTID os proprietários de imóveis incidentes no território serão notificados pelo INCRA, caso seja necessário adentrar neles para realizar algum tipo de vistoria. ”

Após a emissão do RTID, o mesmo será publicado no diário oficial da união, do estado e afixado no mural da prefeitura do município, onde se encontra o território. Dando continuidade ao parecer abre precedentes para recursos ao relatório em duas instâncias. Passando a fase do recurso entra na etapa de conciliação, não havendo contestação, exaurido as fases de negociações e recurso. A presidência do INCRA, publica no diário oficial da união reconhecendo a comunidade, junto com suas demarcações e limites. Caso a terra caiba desapropriação cabe a publicação de desapropriação de interesse social e sucedido da titulação do território que será de uso coletivo em nome de uma associação.

De acordo com Artigo 1º da Lei Estadual 12.910: “Fica reconhecida a propriedade definitiva das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos”. Nesse sentido, Paus Altos traz características próprias, carregando suas histórias através do modo de vida peculiar do seu povo e seus costumes. Advindos dos antepassados, ancestrais, pilares de resistência e das opressões vividas em seus territórios. São terras ocupadas muita das vezes por abandono, doações, esquecidas, compras, em troca de serviço ou até mesmo para atender aos interesses dos latifundiários. Muitas das vezes são terrenos de solos rasos, rochosos, ácidos e de baixa fertilidade, encontrando-se instalada em um relevo declivo. Cabendo aos quilombolas fazer arrendamentos de terras férteis e planas das fazendas, que se encontram disponíveis para criação de gado.

A Comunidade de Paus Altos tem sua organização social configurada a partir do uso do solo da região. No entanto, essa utilização do solo ainda se dá de forma bastante limitada devido à presença de solo rasos e pobres em matéria orgânica em algumas 43 áreas utilizadas pelos agricultores familiares, geralmente na região do tabuleiro. Já as terras com solos mais férteis e com boa profundidade, localizadas em sua maioria nas áreas planas e de baixadas, pertencem às grandes propriedades que as utilizam na pecuária extensiva (SANTOS et al., 2009. p.7).

A resistência do povo quilombola da Comunidade Tradicional de Paus Altos é contínua em sua trajetória. Reação essa, que faz permanecer seus costumes, tradições e modos de convivência vivo, passando para a gerações do presente e fortalecendo os saberes para as futuras. São relações territoriais próprias da história do povo dessa comunidade. Que traz viva nas lembranças forças para resistir e seguir lutando nesse processo desafiador de luta e conquista pela soberania da terra, que ao longo da história lhes foi cessada.

3 COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA DE PAUS ALTOS, ANTÔNIO CARDOSO – BAHIA: BREVE CARACTERIZAÇÃO

O território da comunidade Tradicional Quilombola dos Paus Altos se formou através dos interesses inusitados do senhor feudal, no final do século XIX, que possuía em torno de quinze mil tarefas de terra. Com mais de cem reдеiros, ” ex. escravizados”, morando em pontos diferentes da Fazenda Paus Altos. De acordo com entrevista realizada com o senhor Oldack Queiroz, ex. reдеiro e filho de reдеiros da Fazenda, e relatos ouvidos de seus ancestrais que para o fazendeiro não perder a mão de obra, o mesmo decidiu pôr à venda lotes de uma pequena área da fazenda, conhecida como tabuleiro dos Paus Altos. Dessa forma ele queria “atender” a lei Áurea, e ao mesmo tempo garantir os “libertos” próximos do trabalho e continuar a controlar a mão de obra. Colocando os negros para trabalhar muito mais, e irem pagando sua própria terra.

Os reдеiros que moravam em casas precárias das fazendas tinham em si sonhos de ter seu quadrado de terra e construir sua casa de taipa ou adobo, pois era a condição que poderiam construir. A grande maioria comprou seus pequenos pedaços de terra. Assim o território foi se formando com pequenas faixas de terra. Foram construindo e cultivando suas pequenas lavouras. Outros preferiram continuar na fazenda pagando renda e pensavam que a terra iria “ferrar”, termo utilizado entre eles, pois se tinha a esperança que um dia haveria uma lei que garantisse as terras naturalmente para eles. E achavam desnecessário comprá-las. Segundo relatos aqueles que ficaram, até os últimos a morrer não tiveram direito a nenhuma terra.

Em meio a roda de conversa, realizada durante a pesquisa de campo na comunidade, uma frase foi dita em tom de revolta por um dos moradores: “Eles são muito cruéis”! Essa foi a fala de um morador quilombola que nos dizia que o serviço era muito pesado. O seu relógio para o início e o fim das jornadas braçais de trabalho era o sol. As terras para os reдеiros plantar eram limitadas, já tinha um lugar demarcado. O solo já não era bom e como todos os anos faziam o plantio, o mesmo já se encontrava ácido e empobrecido de nutrientes. As roças não estavam no mesmo local de suas moradias. Ficavam distantes, tinham que trabalhar na fazenda e cuidar de suas plantações.

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Figura 02. Placa demarcando o início do território da Comunidade Quilombola de Paus Altos, Antônio Cardoso – BA.



Fonte: (SANTANA, 2022).

De acordo a dados coletados durante a pesquisa de campo, um morador da comunidade nos contou que certa feita um dos rendeiros cansado de plantar no mesmo local e ter pouca colheita, resolveu em um local escondido da fazenda fazer uma roça de fumo. Mas foi descoberto pelo gerente da fazenda. O Administrador que também era comprador de fumo o encontrou e o repreendeu indagando-o com que autorização ele tinha feito aquela roça. Quando o administrador desceu do cavalo e vislumbrou as bonitas folhas de fumo, o mesmo disse: “É, mas a roça está muito bonita! Não venda o seu fumo a mais ninguém a não ser eu!” Como havia ocorrido boatos de venda de lotes na área da fazenda, a sede de trabalhar para conseguir um dinheiro a mais era tanta, que plantavam em área não delimitada para plantios. Tudo isso no intuito de garantir o seu pedaço de chão.

A certificação da comunidade Tradicional Quilombola do Paus Altos, nasce a partir da organização da comunidade na criação da associação, em busca de seus direitos, melhoria e geração de renda. Respeitando os saberes dos mais velhos, dando sequência a história e fortalecendo suas origens. Foi certificada no dia 30 de junho de 2010, através da portaria de nº 82, expedida pela Fundação Cultural Palmares. O seu cadastro geral encontra-se sob nº.012, registrado nas folhas. 1.309. 124. Publicada no diário oficial da União no dia 6 de julho de 2010.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Antônio Cardoso, através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, atualmente residem na comunidade de Paus Altos, 123 famílias, totalizando 480 pessoas. A dinâmica demográfica da comunidade é marcada pelo alto índice de êxodo rural na faixa etária de 18 a 29 anos. Os jovens migram para os centros urbanos mais próximos em busca de oportunidades de trabalho. No entanto,



eles não perdem o vínculo com a comunidade, os mesmos acabam realizando migrações oscilatórias (SANTOS, 2016), no sentido campo cidade e vice-versa. O constante contato com a comunidade contribui para a preservação dos laços culturais com o território. E preservação da sua identidade e referencial.

É notório o êxodo da população juvenil da comunidade em busca de trabalho em grandes centros urbanos ainda. Mesmo com as ações dos grupos organizados em favor da produção e melhorias de renda. A ausência de terras e políticas voltadas para a juventude na comunidade é escassa. A não convivência com o semiárido é outro fator que muitas das vezes não favorece para a garantia constante dessa produção. A mandioca faz parte do círculo integrativo da natureza, depende de chuvas para produzir suas raízes e desenvolverem. Tem ano que conseguem ter uma boa produção, outro devido à escassez de água não conseguem colher nada.

A confecção de Beiju grande, canoinha e bolachinha de goma ainda de forma artesanal, são assados ao forno de lenha da única casa de farinha ativa na comunidade. Dentre as mais de 12 que já funcionaram na comunidade. Os produtos produzidos abastecem as mercearias e mercadinhos do município, a produção é realizada pelo filho de Mãe Diu, antiga parteira da comunidade, Sr Reizinho. Contando com o apoio de mais três pessoas da comunidade. Já as Compotas de Doces são confeccionadas pelo grupo das sete damas, que comercializam na região e vendem para o PNAE.

Figura 03. Tradição viva, produção de Beiju na comunidade de Paus Altos, Antônio Cardoso – Ba.



Fonte: (SANTANA, 2022).

A Produção de mel é realizada pelo grupo de apicultores que intensificou o cultivo de abelhas melíferas para outras comunidades do município, aumentando a produção e subsequente a melhoria de renda. Os apicultores fundaram o grupo em 2004, atualmente em torno de 47 membros, dentre eles

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



11 mulheres atuam também na atividade de produção de mel de abelha com ferrão da espécie *Apis Melífera*. Outra alternativa de melhoria de renda é o criatório de ovelhas em corda que comem amarradas por conta da disponibilidade de poucos espaços de capins. Ao chegar o tempo do abate vendem e integram a melhoria de renda da família.

Figura 04. Unidade de Beneficiamento de Mel, comunidade de Paus Altos, Antônio Cardoso – Ba.



Fonte: (SANTANA, 2022).

A comunidade só começou a se desenvolver após a organização da mesma e a criação da Associação Rural Quilombola de Paus Altos Santa Cruz e Adjacências (ARQUIPASCA). Segundo relatos de um morador da comunidade, o sr. Euzébio Queiroz, o único acesso que a comunidade tinha era um caminho no meio dos terrenos que passava pelo terreiro de todos os moradores até o último. Se alguém necessitasse de um socorro, o carro não poderia entrar, pois a estrada sequer tinha. O acesso principal foi uma das grandes conquistas para a comunidade, hoje cascalhado e com manilhamento sobre o riacho mocó, que em cheias dificultavam a passagem dos moradores da comunidade, com grande volume de água.

Após esse processo organizativo, veio tudo o que a comunidade tem hoje como: Cisterna de captação de água da chuva, do programa um milhão de cisternas, água tratada atendendo a mais de 95% da comunidade, energia elétrica, igrejas e casa do mel. A comunidade ainda dispõe de um Agente Comunitário Rural (ACR), ex-aluno da UFRB, desenvolvendo um projeto de quintais agroecológicos, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR). Serão 21 famílias beneficiadas com 25m² de quintal agroecológico, garantindo renda e segurança alimentar. Sendo também uma proposta de alternativa agroecológica na produção de alimentos e comercialização dos excedentes,



oportunidade de trabalhar e fazer a correção dos solos ácidos. Surgindo como um contraponto aos arrendamentos das terras dos fazendeiros.

Figura 05. Único acesso com cascalhamento, na comunidade de Paus Altos, Antônio Cardoso – Ba



Fonte: (SANTANA, 2022).

O samba de roda realizado nas festas e novenas dos santos populares ainda é um costume mantido por várias famílias que têm suas devoções. Nas novenas, são oferecidos: bolos, pipocas, mungunzá, caruru e vatapá. O reisado no mês de janeiro também é uma tradição vivenciada pelos quilombolas na comunidade. Onde organizam a roubada dos reis com bebidas, tira-gostos. Juntam-se em uma determinada casa e daí no horário avançado partem para a determinada casa onde será roubado os reis. Todos em silêncio começam a chegar, os cantadores de reis se posicionam na porta e começam a cantar o reis até os donos da casa acordar, arrumar os móveis para dar espaço na sala, e abrirem a porta para receber o reis, que embalam bonitos sambas de roda. Surge aí um compromisso do dono da casa que está recebendo a festa, pagar no próximo ano com um réis àquele que lhe “roubou” com o rei, ou nos anos subsequentes. A crença no candomblé predomina com forte influência na comunidade.

Outra tradição que ainda acontece com frequência, preservando seus costumes, é o adjutório. Onde são convidados os compadres, comadres e vizinhos mais próximos para de forma coletiva fazer os plantios, os homens fazem as covas de muçuca, rasa ou cavadela, e as mulheres lançam as sementes na esperança da boa colheita.

A Comunidade Tradicional Quilombola dos Paus Altos está organizada no associativismo, associação fundada em 26 de outubro de 2002, e subdivide em grupos de geração de renda que buscam



fortalecimento entre se, no desenvolvimento de atividades associativas econômicas e sustentável como: Jovens apicultores, Jovens mandiocultores e sete damas.

Figura 06. Sede Associação Rural Quilombola da comunidade de Paus Altos Antônio Cardoso – Ba.



Fonte: (SANTANA, 2022).

O Grupo de jovens apicultores atuam não só na comunidade de Paus Altos, bem como em outras diversas comunidades do município. Em buscas de espaços propícios para a produção de mel, haja vista que os mesmos não dispõem de territórios para uma maior produtividade melífera. Acabam fazendo parcerias com outras comunidades e associações na busca do associativismo forte e sustentável.

O mel produzido em Paus Altos é oriundo das floradas sazonais da caatinga da: jurema, juazeiro, catingueira, quixabeira, cambuí, alecrim e outras com suas variadas tonalidades de cores dependendo da florada da época. É um produto sem por cento natural utilizado na culinária, comercializado na região e é também utilizado na medicina natural. São floradas ainda em poucas vegetações da caatinga existentes nas terras dos fazendeiros, que não tem como evitar ou proibir o processo de retirada de néctar das flores realizado pelas abelhas. São espaços que necessitam ser preservados pela questão ambiental e preservação da biodiversidade, meio de sobrevivência sem agressão ao meio ambiente, na produção de mel e complementação da renda familiar.



Unido ao sucesso dos apicultores surge o Grupo das Sete Damas na luta pela independência econômica e incrementar a renda familiar. As mulheres apostam na produção de compotas de doces, geleias de frutas da época como: manga, acerola, caju, umbu e outras, além da fabricação artesanal dos licores como a tão conhecida batatinha de teiú, que é encontrada na mata. São doces que fazem parte da alimentação escolar da rede municipal de ensino. É uma fonte de renda para as mulheres valorização e reconhecimento do trabalho feminino na comunidade.

Os Mandiocultores já se organizavam anteriormente aos Apicultores e as Sete Damas, plantavam as roças coletivas. Tudo era realizado em mutirão, do plantar, capinar, arrancar, raspar, ralar, fazer farinha e beijus. Esses mutirões são conhecidos como adjutórios que são servidos de cantorias, cachaças e cantigas que marcam a vida dos agricultores/as, que preservam essas bonitas tradições. Mais produtos com o passar do tempo foram incrementados como: a bolachinha de goma, e sequilhos. Que também integram a alimentação escolar.

Essa organização da comunidade de Paus altos não parou por aí. Sonhos e outros projetos por uma maior representação da comunidade a nível de município, foi crescendo nas reuniões da associação. Até mesmo estavam percebendo que a forma organizativa de trabalho estava obtendo retorno para as comunidades. Falas discutidas dentro da associação, que seria preciso eleger um representante legítimo para a Câmara Municipal, foram ganhando força. No sentido de que dentro do quilombo era possível se ter um representante na Câmara Municipal para defender os quilombolas e o município com empoderamento.

Assim foi eleito no ano de 2012, o primeiro representante da comunidade, o vereador Ozeias Santos. Hoje, o professor está em seu segundo mandato de vereador, eleito pela segunda vez na legislatura de 2021-2024. A defesa aos ideais dos quilombos teve também suas consequências sofridas na pele, enfrentando duras críticas e perseguições por parte do gestor municipal da época. Até mesmo agressões verbais e de racismo de colega em plena sessão ordinária no Plenário José Lopes Dias da Câmara Municipal de vereadores do município de Antônio Cardoso. São ações negativas e ultrapassadas de não aceitação da ascensão do povo negro ao poder e conhecimento, mexe com a inquietude de “brancos” que sempre tiveram ao seu lado, pares de suas aparências e patamar social.



Figura 07. Roça de mandioca usada na confecção de beiju, com. Paus Altos Antônio Cardoso – Ba.



Fonte: (SANTANA, 2022).

Em meio às conquistas também surgem os desafios e clamores que expressam os desejos da comunidade pela construção de uma praça, mesmo de chão batido, diz um morador:

Como são pequenas áreas de terras é muito apertado os espaços, muita cerca, muito arame.

Outra voz que se levanta na comunidade é no que diz respeito ao atendimento à saúde, que se distancia da comunidade por 8km. O Posto de Saúde da Família (PSF) encontra-se localizado no Distrito de Santo Estevão Velho, que atende uma gama muito grande de pessoas e também a outras comunidades quilombolas.

Outro desafio que atualmente estão enfrentando é referente a passagem da linha de transmissão de energia com torres de até 60 metros de altura. Saindo de uma termoelétrica do Estado de Sergipe para o município baiano de Sapeaçu. É uma ameaça nítida ao meio ambiente e que é encarada pela comunidade de forma revoltante. Pois a linha passará por outras comunidades quilombolas do município. Um projeto perseguidor, o que parece que mapeou a passagem da LT somente nos pequenos territórios, que coincidentemente em sua grande maioria pertencem aos quilombolas constituído de famílias vulneráveis. Dentro do município seis grandes fazendeiros são os que detém a maioria das terras, e porque não foram atingidos? Até mesmo porque eles não moram no município e estarão distantes dos prejuízos e malefícios que serão causados pela linha de transmissão.

A revolta dos moradores e apicultores é visível, pois casas e pequenos terrenos poderão deixar de ser utilizados. Os impactos e interferência emitida pelas ondas eletromagnéticas não impactará só



nós humanos, bem como nas habilidades motoras e cognitivas das abelhas, que serão afugentadas e conseqüentemente comprometendo a produção de mel e reprodução das plantas. A associação entrou com uma ação judicial não dando autorização da passagem da Linha de Transmissão em seu território, e continua aguardando a manifestação judicial no intuito de ao menos apresentarem por parte da empresa um projeto com políticas compensatórias para os quilombolas da comunidade.

Figura 08. Vista da comunidade de Paus Altos, Antônio Cardoso – Ba. Ao morro do Purrão.



Fonte: (SANTANA, 2022).

A comunidade Tradicional Quilombolas do Paus Altos continua cercada em sua volta pelas mesmas terras em que outrora foram arrendadas e derramado o suor dos quilombolas para dar sustentação à riqueza das oligarquias. E que hoje contemplam a distâncias as histórias e lembranças vividas pelo seus ancestrais. As quinze mil tarefas hoje se encontram dividida, mas entre os herdeiros que ainda conservam suas heranças, fruto de uma concentração centenária que excluía e excluem os negros, que até nos dias atuais continuam com suas cicatrizes abertas pela busca de uma vida menos dura no semiárido cardosense.

São terras que muitos ainda utilizam restritamente pela força do hábito e pelo elo de ligação que sempre tiveram com as terras que trabalharam a vida inteira, trazendo a natureza como parte de suas próprias vidas. Mesmo com as cercas que os impedem e comunicações proibitivas do acesso às terras, ainda se caça, pesca e retira da caatinga madeiras que auxiliam ferramentas no serviço braçal. As propriedades agrárias encontram-se distribuídas no mesmo espaço, sendo concentradas de forma desigual, fator que interfere na história, vivência, costumes e permanência dos quilombolas em seus territórios. A comunidade de Paus Altos é um retrato dessa desigualdade territorial e violação dos direitos a terra, onde em volta do quilombo só avistamos grandes extensões de terra nas mãos dos

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



fazendeiros, reduzindo os espaços utilizados outrora para prática de ritos e sobrevivência, e que continuam lutando para trazer vivo seus costumes e tradições do seu povo.

O índice de Gini, no ano de 2017, apontado pelo Geografar (2021) é de 0,904. A evolução do índice a partir de 1975, vem ininterruptamente sempre aumentando, caracterizando nitidamente o poder de compra e a concentração de posse da terra, que em sua maioria encontram-se concentradas nas mãos dos médios e grandes latifundiários da pecuária extensiva. Mais da metade de todo território do nosso município pertence exclusivamente a 12% das grandes propriedades existentes em toda extensão territorial. Isso é uma realidade constante em nosso município, mas que reflete bem mais forte dentro das Comunidades Quilombolas, que vem trazendo uma negação desde suas ancestralidades. A comunidade tradicional de Paus Altos, enfrenta os desafios diariamente desde a falta de terra para o desenvolvimento de suas atividades básicas, ao plantio das suas lavouras, criação de pequenos animais e produção do mel. A existência do quilombo representa a força e a resistência do povo negro na busca dos direitos que ainda continuam sendo distanciados.

4 O TERRITÓRIO TRADICIONAL QUILOMBOLA: ESPAÇO DE LUTA E RESISTÊNCIA

A certificação ocorreu em 30 de junho de 2010, após os membros da (ARQUIPASCA), se reunirem em oficinas. Dialogando com os limites por onde perpassa todo território da comunidade, através das posições das pequenas áreas dos moradores, e as pedras de rumo que norteiam e demarcam ainda as divisões dos terrenos. Esse diálogo aconteceu com todos os membros da comunidade, da criança ao idoso. No sentido de conhecer, fortalecer e tomar consciência histórica da comunidade, que também é a sua própria história. Essa Ação fez brotar dentro de cada membro presente, o reconhecimento de empoderamento e pertencimento ao grupo de pessoas negras. Que após levantarem através da linha do tempo a sua própria história se auto reconheceram de que viviam em um verdadeiro quilombo.

A comunidade Tradicional Quilombola de Paus Altos ainda não recebeu a sua titulação. Se junta nacionalmente às diversas outras que estão na espera pela regularização territorial. “O governo federal já completa dois anos consecutivos sem titular sequer uma terra Quilombola. As Terras Quilombolas já regularizadas tituladas são 192, representam um universo ínfimo se comparado aos



1.779 procedimentos que tramitam no Incra, além daqueles que seguem nos órgãos estaduais. E os procedimentos evoluem lentamente. Apenas 16% das Terras Quilombolas processos abertos no Incra tiveram seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Esse documento identifica os limites e a extensão do território quilombola. 18 de novembro de 2021, Comissão Pró-Índio.

O processo de titulação da Comunidade Tradicional Quilombola do Paus Altos, foi tramitado na Superintendência Estadual-INCRA/SR 05 BA, no ano de 2014, sob o número 54160.003605/2014-52, obtendo a data da última atualização do processo no dia 28 de junho de 2021. A expectativa da Titulação no quilombo é aguardada por todos com muita perseverança.

A relação com a sua história se mistura com a história da própria comunidade. Eles são parte e construtores dessa história, que foi iniciada lá atrás pelos seus ancestrais com resistências, lamentos e dores. A história e o povo são a caracterização da comunidade Quilombola, que resistiu a escravidão, com suas características culturais próprias e histórica de falta de terra, inclusão social e econômica. Os costumes, tradições e a fisionomia dos habitantes da comunidade, demonstram em suas peculiaridades, traços de pessoas que viveram coletivamente num quilombo, desenvolvendo diferentes atividades de exploração dos recursos da natureza no território. Guerreado pela sua permanência contra todos os desafios presentes na árdua caminhada de sobrevivência no semiárido baiano.

A falta de terra, empobrece mais ainda a aqueles que tentam permanecer nos pequenos terrenos necessitando de terras para desenvolver suas atividades campestres, desmotiva os lavradores/as, abalando até a esperança de um dia ter a garantia de uma distribuição de terras, que com equidade possam criar suas famílias sem precisar passar por tantas humilhações e sofrimentos impostos pelo sistema.

Os grilhões foram “quebrados”, mas os desafios pela posse da terra e permanência, continuam presentes com passadas restritas nas comunidades tradicionais quilombolas, dos mais diversos municípios do solo brasileiro. Na comunidade Quilombola de Paus Altos não seria diferente, há diversas contradições impostas a nosso desfavor pela regularização territorial, ao qual destacamos:

A Linha de Transmissão (LT), é um desafio que amedronta toda comunidade e que muitas das vezes a deixa encolhida sem forças. Pois as obras de construção da linha de transmissão estão sendo tocadas em frente, ameaçando sonhos e a liberdade daqueles que lutam para permanecer em seu território sem as interferências duvidosas que causarão problemas e impactos geograficamente, humanamente, ambientalmente e em todo o modo de vida da comunidade tradicional quilombola. É repulsivo vivenciar a tamanha burocracia na liberação da certificação do território da comunidade, que unida a tantas outras sofrem com o descaso do governo federal. Pois se assim a tivesse, com

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



certeza os direitos dos quilombolas da comunidade de Paus Altos seriam minimamente respeitados. De permanecer vivendo sem interposições adversas em seu habitat.

Diante do exposto acima, a comunidade tem a compreensão que não só a saúde pessoal deve ser cuidada, bem como, proteger a saúde ambiental, a qual depende dos recursos naturais para a subsistência da espécie humana. Promovendo o bem-estar, qualidade de vida e benefícios à saúde humana dentro do quilombo.

O desenvolvimento da referência conceitual da interface entre saúde e ambiente, com o intuito de implementar uma política de saúde ambiental, recoloca na ordem do dia a necessidade de “aprimoramento” do atual modelo de atenção dos Sistema Único de Saúde (SUS), de forma que a agenda da promoção da saúde seja compreendida numa dimensão em que a construção da saúde é realizada fundamentalmente, embora não exclusivamente, fora da prática das unidades de saúde, ocorrendo nos espaços do cotidiano da vida humana, nos ambientes dos processos produtivos e na dinâmica da vida das cidades e do campo, buscando compreender o ambiente como um território vivo, dinâmico, reflexo de processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, onde se materializa a vida humana e a sua relação com o universo (BRASIL, 2007, p. 7).

As interferências são geradoras de impactos ambientais, que são encaradas como barreira, diretamente na vida e produção dos apicultores que produzem o mel através da de abelhas melíferas. Estudos apontam que a longa permanência próxima das radiações oriundas das linhas de alta tensão, tornam as pessoas mais suscetíveis a doenças mentais e físicas. Desencadeiam sintomas de cansaço, náusea, vômitos, stress, perda de memória, dificuldade de concentração dentre outras. Podendo desencadear outras doenças mais graves a depender de uma maior exposição como: Câncer e leucemias. Estendendo os seus malefícios também a animais e plantas.

Com a passagem da LT, na comunidade os apicultores preocupados já discutem os malefícios que a mesma irá trazer na questão da rentabilidade familiar e na baixa produtividade do mel. É que os elétrons condutores que conduzem energia elétrica, produzem barulhos e ondas magnéticas que dificultam a comunicação entre as abelhas. Deixando-as sem rumo certo, perdendo a noção de espaço e conseqüentemente desviam do lugar da sua colmeia. Além de afetar na produção do mel também acarretará prejuízos irreparáveis na polinização das plantas nativas do território. Que tão necessita do ciclo vital para produção e reprodução de suas espécies através dos agentes polinizadores em seu território.

Não bastasse a agressiva inserção das aplicações dos agrotóxicos que os fazendeiros utilizam nas pastagens para “limpar” as mangas. A comunidade fica encurralada ao arredio das grandes



propriedades que mesmo sendo contrária à utilização de agrotóxicos, suas plantações e pequenos quintais acabam sendo prejudicados ou atingidos com respingos do veneno em suas pequenas plantações. Sem contar com a presença ou infestações de animais peçonhentos, fugindo tentando escapar do veneno acabam se escondendo nas propriedades existentes no quilombo que vivem espremidas pelas cercas dos fazendeiros. São agrotóxicos que podem vir de mais de longe guiados pela força do vento, quanto mais as lavouras que só as cercas as dividem. Daí então, as pequenas plantações são afetadas, sapecando, murchando suas folhas, por fim perdendo todo o plantio.

Outro obstáculo enfrentado pela Comunidade Tradicional Quilombola de Paus Altos é a existência da Escola Municipal Eraldo Tinoco fora do núcleo da comunidade. Dificuldades encontradas nas demais comunidades Quilombolas do município, que não tem escola dentro da comunidade e quando tem encontra-se desativada ou fora do centro da mesma. Distanciando as mães quilombolas do acompanhamento educacional e dos saberes mais próximos dos seus filhos. A unidade escolar funciona em dois turnos e com classes multisseriadas. Onde o professor tem que dar conta de várias séries do ensino simultaneamente. A inexistência de profissionais com formação na área de educação do campo que reconheçam a comunidade como parte integrativa do processo educativo é um outro fator presente descaracterizante para a comunidade. Pois são professores de fora da comunidade, com vivência a outras realidades distintas ao do quilombo. A ausência de lugares para a prática de lazer, entretenimento e de acesso às políticas públicas, são respostas à não permanência de jovens oriundos da comunidade. Que saem em busca de trabalho, e outros meios de subsistir. Ficando apenas na comunidade os mais idosos e aposentados, ou os que enfrentam a enxada como sua companheira para o trabalho, na garantia de alimentos e permanência no campo.

A comunidade tradicional quilombola ainda existe de pé passando por cima de tantas barreiras. Pela força e resistência do seu povo que desafia os recorrentes desafios cara a cara, na busca constitucional do direito à terra. Inserindo-os em movimentos organizativos e pensando coletivamente, almejando a terra regularizada. Tiveram lamentos sim, mas sobretudo a bandeira da esperança de vitória sempre erguida.

Os enfrentamentos de ontem, tem hoje seus resultados reais dentro da comunidade na presença de tantos jovens quilombolas ingressos nas universidades. Direito que lhes foi negado o tempo todo. Conquistas que vem reafirmar que no quilombo também se estuda e se forma e fica cuidado da terra agregando o conhecimento científico aos saberes adquiridos dentro da comunidade. Isso tudo é a realização do empoderamento do homem da mulher, da juventude e de todos que vivem no quilombo buscando desconstruir tudo aquilo de negativo que a sociedade construiu nesses anos todos em torno dos negros e negras cardosenses e brasileiras.

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Outro desafio enfrentado pelos quilombolas da comunidade Paus Atos e na área da saúde no atendimento pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. O Programa da Saúde da Família (PSF) se distancia da comunidade por volta de 7Km. Consequentemente deixando a comunidade mais distante do atendimento médico e odontológico. A comunidade tem a “assistência” médica no PSF que fica localizado no Distrito de Santo Estevão Velho, onde também reside o agente comunitário de Saúde. Uma Unidade de Saúde com demanda gigante e represada, pois atende diversas comunidades incluindo também outras comunidades quilombolas do município.

A distância já é uma negação aos cuidados com a saúde dos quilombolas que necessitam do atendimento médico. Pois para chegar até a o PSF precisam pagar transportes ou motoboys caríssimos para disputar uma vaga quando encontra disponível. O atendimento à saúde da comunidade quilombola é gritante, em especial a comunidade ora pesquisada. Existe uma grande disparidade no atendimento à saúde básica aos quilombolas, que é um grupo de grande vulnerabilidade no quesito saúde pública. Tudo isso pela ausência de políticas públicas que os permeiam por muito tempo, e que continuam sem o direito: a terras para trabalhar, educação, saúde, água potável, condições sanitárias dentre outras políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma análise sobre a desigualdade e distribuição de terras pode se observar os grandes desafios e entraves que vivem os deserdados da terra em toda nação brasileira. A concentração de terra é um assunto presente no dia a dia dos povos das comunidades tradicionais que lutam pela permanência no campo. Espaços que geram forças contrárias distintas na defesa de seus projetos geradores de disputa e conflitos nos territórios, entre os que defendem a terra para produzir o sustento de sua família, e aqueles da pecuária extensiva com sua criação bovina que lhe renderá apenas lucros.

O Índice de Gini aponta o crescimento de concentração de terra no município de Antônio Cardoso ano após ano. Dados que levam a comunidade a analisar e fazer a leitura dessa estatística concentrante de terras, que muitas das vezes são improdutivas, servindo apenas como detenção do poder e acúmulo de riqueza. Ainda nos quilombos percebe-se a ausência de uma intervenção maior por parte do governo, em fazer valer os direitos garantidos na Constituição Federal e demais marcos legais que regem sobre as comunidades e os territórios tradicionais quilombolas.



Demonstrar que na comunidade quilombola também é o lugar de se viver com dignidade, de produção de alimentos para o sustento da família é demonstrar ao Estado a necessidade de implantação de políticas públicas que fortaleçam e garantam a permanência dos grupos étnicos em seus territórios. Quebrar os empecilhos de efetivação dos direitos quilombolas já especificamente assegurados desde 1988 e reforçado com legislações específicas é o grande desafio.

Na Comunidade Tradicional Quilombola de Paus Altos, as terras continuam sim distribuídas, mas entre os herdeiros dos proprietários das ricas fazendas que foram construídas e conservadas suas fortunas e império pelos negros escravos, quilombolas que derramaram o suor diuturnamente para construção da riqueza. Riqueza que muitos foram obrigados a construir, mas só um a detém em seu poder. As pastagens da criação bovina significam a devastação da biodiversidade, enquanto cercas continuam dividindo o território de uma forma que parece ser natural ou já naturalizada por muitos. Mas o cercado tem donos que se quer conhecem a cultura tradicional quilombola e/ou lutaram na constituição daquele território.

É necessário a regularização do território no sentido dar o direito de pelo menos recomeçar, tentar construir tudo aquilo que um dia era visto, desfrutado de forma diferente, retirando da terra o necessário para sobreviver. Afastar os interesses externos que violentamente tentam retirar das gerações futuras a preservação de seus costumes culturais, históricos, religiosos, culinários e suas festas e tradições.

Nesse sentido, permanecer lutando significa que ainda há forças para esperar e continuar resistindo em um território cheio de desafios. Mas sobretudo que ali está a identidade de um povo que viveu um passado rico em suas particularidades. Aquele chão já custou o suor, bravura, força, resistência e até mesmo a vida de muitos que tomaram, para que hoje os seus sucessores continuassem a luta histórica. Retroceder, é dizer que a luta acabou. Como a luta é contínua, os quilombolas continuam na marcha em busca da titulação e regularização de seus territórios marcados em suas lembranças e simbologias.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombos e as novas etnias**. Revista Palmares. 5. Quilombos no Brasil. Brasília: FCP, 2000.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. Belém: NAEA/UFPA, 1989. ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

AZEVEDO, Bruno Filipe e REMOALDO, Paula Cristina. **Riscos para a saúde das populações – Estudo de caso do eletromagnetismo no concelho de Guimarães**. Departamento de Geografia, Universidade do Minho.

Boletim Informativo NUER/ **Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas**-v.2,n.2-Forianópolis, NUER/ UFSC, 2005. Comissão pró Índio de São Paulo. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/regularizacao-historico-regulamentacoes/> Acesso 15 de dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003** - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. In. Casa Civil. D.O.U. DE 21/11/2003, P. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 11 de jan.2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Questão Agrária no Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Comissão pró-Índio de São Paulo. **Comissão pró-Índio de São Paulo**. <https://cpisp.org.br/governo-bolsonaro-caminha-para-segundo-ano-consecutivo-sem-titular-terras-quilombolas>. Acesso em: 23 de jan. 2022.

Comissão pró-Índio de São Paulo. **Sem água, quilombolas recuperam nascentes degradadas pelo agronegócio**. Disponível em : <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/sem-gua-quilombolas-recuperam-nascentes-degradadas-pelo-agronegocio?/noticias/811-sem-gua-quilombolas-recuperam-nascentes-degradadas-pelo-agronegocio>. Acesso em 19 de dez. 2021.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Caldart, Roseli Salette; Pereira, Isabel Brasil... [et al.]. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.)

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002 p.32.

Fundação Cultural Palmares - FCP / Ministério da Cultura – MINC. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/> Acesso em 19 de dez.2021.

GeografAR – **A Geografia dos Assentamentos na Área Rural**. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/rios_kassia_conflitos_e_resistencia_comunidades_tradicionais_pesqueiras_da_bahia.pdf. Acesso em 18 de dez. 2021.

GERMANI, Guiomar I. OLIVEIRA, Gilca G. (coord). "Comunidade Negra Rural Quilombola Porto de Dom João". **Relatório Técnico Preliminar**. Grupo de Pesquisa GeografAR/POSGEO/UFBA-CNPq. Salvador, 2015.



GERMANI, Guiomar I. **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia.** In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). (GEO) grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/>.

https://editorarealize.com.br/editora/anais/enapege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA135_ID236616112021220629.pdf

INCRA. **Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas: algumas experiências.** / Aniceto Cantanhede Filho. Andréa Flávia Tenório Carneiro. Caroline Ayala ... [et al.]. -- Brasília: MDA : Incra, 2006. Disponível em:

https://www.suelourbano.org/wpcontent/uploads/2017/09/Incra_e_os_desafios_para_regularizacao-de-territorios-quilombolas.pdf. Acesso em 01 mar. 2022.

Instalação de torres e linhas de alta tensão ou qualquer infraestrutura que emita radiação eletromagnética gerada por alta tensão ou outros dispositivos no ambiente da FAGRO: PARECER da COSAT com Relação aos Danos à Saúde da Comunidade. Disponível em:

https://www.ufrgs.br/agronomia/joomla/files/COSAT/Parecer_COSAT_Instalao_de_torres_de_alta_tenso_no_ambiente_da_FAGRO.pdf. Acesso em 21 de jan. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>> acesso em: 19 dez. 2021.

Instituto **Eco Brasil** <http://www.ecobrasil.eco.br/30-restrito/categoria-conceitos/1104-comunidades-tradicionais-quilombolas>. Disponível em: <http://www.ecobrasil.eco.br/30-restrito/categoria-conceitos/976-comunidades-ou-populacoes-tradicionais>. Acesso em 26 de nov. 2021.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária **INCRA.** Disponível em >

<https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em 05 de jan. 2022.

Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada **IRPAA.** Disponível em:

<https://irpaa.org/noticias/1123/concentracao-de-terra-cresce-e-latifundios-equivalem-a-quase-tres-estados-de-sergipe>. Acesso em 04 de jan. 2021.

Leite, Ilka Boaventura (2000). «**Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**», Revista Etnográfica, IV (2), 333-354.

_____ (2007). **O quilombo trans-histórico**, jurídico-formal e pós-utópico, disponível em: <http://www.socialsciences.manchester.ac.uk/disciplines/socialanthropology/postgraduate/clacs/documents/IBoaventurav2.pdf>,

PIMENTEL, Carla. “ **Terra e estrutura social no Brasil: exclusão e resistência das comunidades negras quilombolas,** ” Revista Angolana de Sociologia, 10 | 2012, 131-148.

RIOS, Kássia Aguiar Noberto. CONFLITOS E RESISTÊNCIA: COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA BAHIA. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 237, p. 347-364, 2016.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. A QUESTÃO DA LUTA NA/PELA TERRA E ÁGUA DOS PESCADORES ARTESANAIS: desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré - BA. 466 f. il. 2017. **Tese (Doutorado)** – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 201.

SANTOS, Janeide Bispo A territorialidade dos Quilombolas de Irará (BA): Olaria, Tapera e Crioulo. **Dissertação de Mestrado.** Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Ozeas. Almeida. O Território e a Pedra de Rumo: uma experiência de delimitação territorial da Comunidade Quilombola de Paus Altos no município de Antônio Cardoso – Bahia.

Licenciatura em Educação do Campo

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



2016. 154 f. **Relatório Técnico (Mestrado)** – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2016.

<http://www.planter.uefs.br/arquivos/File/TCC2016/OZEIAS.pdf/> Acesso em 19/12/2021.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320p.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do Agrorreformismo. In: STÉDILE, João Pedro. In: **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 6ª Ed., 1985.